

Atendimentos com acupuntura, homeopatia e fitoterapia na rede pública avançam timidamente desde 1988. Parte da classe médica combate com veemência o uso crescente de métodos não-convencionais

Alternativas polêmicas

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Imagine entrar em um consultório médico da rede pública onde o paciente é observado minuciosamente e, depois de um longo relato sobre o que o acomete, receber uma prescrição nada convencional. Apesar de pouco comum, o tratamento com acupuntura, homeopatia e medicamentos fitoterápicos está institucionalizado no sistema de saúde brasileiro desde a Constituição de 1988. Mas, passados 20 anos, a oferta do serviço pouco avançou. Dos 5.564 municípios do país, apenas 800 oferecem uma dessas práticas nos hospitais públicos. Além da dificuldade de orçamento e vontade política dos gestores, a implantação do atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) bate de frente com os médicos, contrários ao exercício das especialidades por outros profissionais de saúde — a acupuntura, por exemplo, não precisa ser ministrada por um médico.

“O problema está disseminado inclusive no aparelho formador: faculdades de medicina, nas sociedades médicas, mas acho que esse preconceito começa cada vez mais a se quebrar. Inclusive entre os jovens médicos que estão se formando. Há um movimento no sentido de uma especialização em homeopatia, acupuntura e fitoterapia”, avalia o ministro da Saúde, José Gomes Temporão. De acordo com Temporão, alguns anos atrás a acupuntura costumava ser vista com um certo ceticismo e hoje tornou-se respeitada praticamente por todas as especialidades. Segundo o ministério, o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem política nacional de práticas alternativas complementares descentralizada, financiada com recursos públicos. “No ano passado, houve mais de 700 mil consultas de homeopatia e acupuntura. A intenção é ampliar cada vez mais o acesso das pessoas a essas práticas”, observa.

Este mês, a regulamentação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC), que permite a realização de tratamentos alternativos pelo SUS, completa dois anos. “Nossa biodiversidade abre um campo extremamente promissor para o uso da fitoterapia como mais um elemento coadjuvante dentro do sistema público”, afirma Temporão.

Apenas dois fitoterápicos — xarope de guaco e espinheira santa — constam na lista de medicamentos oferecidos pela atenção básica, apesar da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter mais de 500 fitoterápicos registrados no Brasil. “É preciso

ter a comprovação científica das propriedades do composto para evitar efeitos colaterais”, pondera a coordenadora da Política de Práticas Integrativas e Complementares do Ministério da Saúde, Carmem De Simoni.

Pressão contrária

A pressão contra as Práticas Integrativas e Complementares, segundo a coordenadora da política, vem de corporações de profissionais como os médicos. A briga é contra uma portaria do Ministério da Saúde, de 2006, que liberou a acupuntura como procedimento que pode ser exercido por qualquer profissional de saúde que esteja devidamente regulamentado. O Conselho Federal de Medicina (CFM) entrou na Justiça questionando a competência do ministério para prever acupuntura em categorias não médicas. “Além do risco de lesão, a questão esbarra no diagnóstico, ato exclusivo do médico, fora a odontologia”, prega o conselheiro do CFM Dardeg Aleixo.

O médico acupunturista Fernando Genschow, integrante do Conselho Regional de Medicina de Brasília, acredita que o ministério “extrapolou” a sua competência e exemplifica: “O Conselho Federal de Farmácia (CFF), no nosso entender de uma maneira oportunista de mercado, resolveu que a acupuntura é especialidade do farmacêutico. O farmacêutico é um profissional fundamental na equipe de saúde, mas cada um tem a sua tarefa, preparação, regulamentação e autorização legal”, destaca. O vice-presidente do CFF, Amílson Álvares, rebate: “Os médicos querem exclusividade, mas a linha homeopática e a acupuntura nunca foram feitas só por médicos. A resolução do conselho diz que o farmacêutico tem de se especializar na prática antes de exercê-la”.

Os médicos consideram uma concorrência desleal em comparação com a formação a que são submetidos — seis anos de graduação e mais dois de residência. Genschow sabe, porém, que a luta dos médicos contra a utilização de métodos como a acupuntura por pessoas sem a habilitação formal em saúde é ingloria. “É uma situação constrangedora, porque até o presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) vai”, lamenta Genschow. Ele faz uma referência ao episódio em que, em 2003, o presidente Lula tratou de dores provocadas por bursite nos ombros com o acupunturista Gu Hanghu. Ele é médico tradicional chinês, formado, mas sem a revalidação do diploma no Brasil.

OPÇÕES

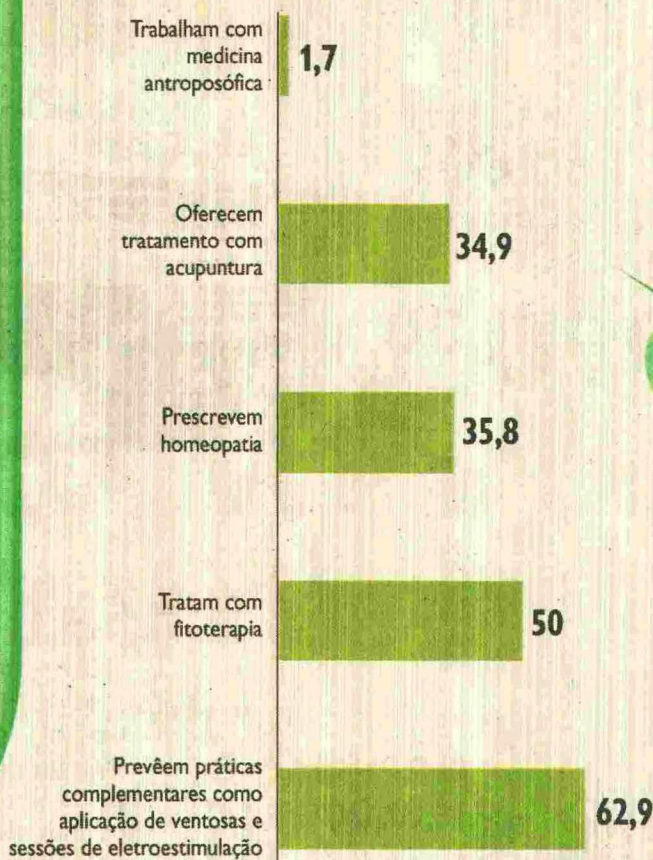
Como as Práticas Integrativas e Complementares (PIC) estão inseridas no Sistema Único de Saúde (SUS)

6,52%

das 1.340 secretarias de Saúde — estaduais ou municipais — têm leis ou atos institucionais criando algum serviço de PIC

Apenas 230 secretarias de Saúde em todo o país — entre municipais e estaduais — oferecem atendimento com medicina natural, mas a implementação não é completa

Em %



Atendimentos com PIC no Brasil em 2007

800 dos 5.564 municípios brasileiros oferecem alguma PIC

Sessões

385.950 em acupuntura

312.533 em homeopatia

Número de profissionais em 2007

810 em homeopatia

699 em acupuntura